

EDcl no AgInt na RECLAMAÇÃO Nº 38.755 - CE (2019/0253551-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
EMBARGANTE : FRANCISCO DE ASSIS XIMENES DO PRADO
ADVOGADO : HÉLIO APOLIANO CARDOSO - CE003992
EMBARGADO : CAMERON CONSTRUTORA S/A
EMBARGADO : SICREDI CEARÁ CENTRO NORTE - COOPERATIVA DE
CRÉDITO DA REGIÃO CENTRO NORTE DO CEARÁ
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M
EMBARGADO : ESTADO DO CEARÁ
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA.

1. Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição, obscuridade ou erro material a ser sanado.
2. Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por FRANCISCO DE ASSIS XIMENES DO PRADO contra decisão unipessoal que julgou extinta a reclamação por ele ajuizada, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL RECLAMADO QUE NÃO OFENDE OBJETIVAMENTE DECISÃO EMANADA DO STJ. DESCABIMENTO.

1. Para que a reclamação constitucional seja admitida, é imprescindível que se caracterize, de modo objetivo, usurpação de competência deste Tribunal ou ofensa direta à decisão aqui proferida, circunstâncias não evidenciadas nos autos.
2. Petição inicial indeferida. Processo extinto sem resolução de mérito (e-STJ fl. 96).

Nas razões dos presentes aclaratórios, o embargante afirma que, ainda que tenha sido realizado o juízo de retratação, houve manutenção do indeferimento liminar da petição inicial da reclamação, motivo pelo qual o julgamento do recurso deveria ter sido submetido à apreciação do órgão colegiado,

Superior Tribunal de Justiça

nos termos do que disposto no art. 259, § 3º, do RISTJ.

É o relatório.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/15, somente é cabível o recurso de embargos de declaração nas hipóteses em que haja, na decisão impugnada, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Na hipótese, não ocorreu nenhum dos vícios mencionados. Efetivamente, nenhuma obscuridade, contradição, omissão ou erro material existe no corpo da decisão que justifique a oposição desse recurso.

Este STJ perfilha o entendimento de que não há nulidade na reconsideração unipessoal da deliberação anterior, pois a submissão do julgamento ao órgão colegiado é dispensada, na forma do art. 259, § 3º, do RISTJ.

Além disso, a nova decisão singular estará sujeita à apreciação do órgão colegiado, em virtude de eventual interposição de recurso de agravo interno, não gerando qualquer prejuízo à parte.

Desse modo, dissociado o pleito de qualquer um dos pressupostos de oposição dos embargos de declaração, desautorizada está a pretensão declinada, impondo-se, então, a sua rejeição.

Forte em tais razões, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora